



ALEGO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE GOIÁS



CORONEL
Adailton
DEPUTADO ESTADUAL



PROJETO DE LEI N.º 801, DE 23 DE AGOSTO DE 2023.

À PUBLICAÇÃO E, POSTERIOR-
MENTE, À COMISSÃO DE CONS-
TITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.
Em 24 / 08 / 20 23
SEM EFEITO
1º Secretário

Dispõe sobre o direito do consumidor de planos de assistência à saúde em obter o detalhamento da fatura mensal.

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS**, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As operadoras de planos de assistência à saúde regulada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar ANS, em operação no Estado de Goiás, deverão disponibilizar ao consumidor a fatura mensal de cobrança com o detalhamento pormenorizado dos valores lançados a título de contraprestação ou de fator moderador, incluindo a data de entrega do produto ou serviço, bem como seu valor e porcentagem cobrada do consumidor.

Parágrafo único. Incluem-se na abrangência desta Lei todas as pessoas jurídicas de direito privado, independentemente da sua forma de constituição, definidas na Lei nº 9.656, de 1998, e na Lei nº 10.185, de 12 de fevereiro de 2001.

Art. 2º A inobservância da presente Lei sujeita o infrator às penalidades instituídas pela Lei 8.078/90 Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo da aplicação das sanções de natureza civil e penal cabíveis, especificados em Normas e Resoluções próprias da ANS.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, em 23 de agosto de 2023.


CORONEL ADAILTON
Deputado Estadual

APROVADO PRELIMINARMENTE
À PUBLICAÇÃO E, POSTERIORMENTE
À COMISSÃO DE CONST., JUSTIÇA
E REDAÇÃO
Em 24 / 8 / 20 23
1º Secretário



ALEGO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE GOIÁS



CORONEL
Adailton
DEPUTADO ESTADUAL



JUSTIFICATIVA

Os consumidores das operadoras de planos de assistência à saúde padecem pela falta de informação clara e precisa quanto aos valores apresentados na fatura de cobrança, pois não é raro encontrar operadoras que omitem os itens que compõem o valor da contraprestação financeira.

Essa prática deve ser coibida, inclusive pelo princípio da transparência e da informação, que deve ser sempre precisa, clara e objetiva. Reclamações sobre essa prática são levadas aos órgãos de defesa do consumidor, o que aponta para a necessidade de avanço legislativo sobre o tema.

Assim, o presente projeto de lei busca única e exclusivamente garantir o direito à informação, mediante transparência aos consumidores da natureza dos valores por eles pagos nas mensalidades de cobrança, vale dizer, qual o custo efetivo com despesas médicas e qual o custo com despesas de natureza burocrática, como p. ex., corretagem, comissão, administração, entre outros.

Ressalta-se que tal medida não colidi com a legislação federal, e a medida insere-se dentro da competência constitucional desta Casa Legislativa e não contém vícios de inconstitucionalidade, por tratar-se de competência concorrente entre União, estados, distrito federal e municípios.

Diante do exposto, levando em consideração sempre a proteção ao consumidor, solicito o apoio dos meus pares para aprovação deste projeto de lei, de fundamental importância na proteção dos direitos dos cidadãos goianos consumidores, que tanto têm sofrido com o desequilíbrio nas relações com operadoras de planos de saúde.

SALA DAS SESSÕES, em 23 de agosto de 2023.


CORONEL ADAILTON
Deputado Estadual



ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



PROCESSO LEGISLATIVO 2023001710

Data autuação: 24/08/2023

Origem: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - GO

Autor: DEP. CORONEL ADAILTON

Tipo: PROJETO

Subtipo: LEI ORDINÁRIA

Assunto: DISPÕE SOBRE O DIREITO DO CONSUMIDOR DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE EM OBTER O DETALHAMENTO DA FATURA MENSAL.

Número Projeto: 801 - AL

Data	Lotação	Ação
29/08/2023 às 06:53	Diretoria Parlamentar	Publicado.
29/08/2023 às 06:53	Diretoria Parlamentar	Aprovado preliminarmente em 24/08/2023.
25/08/2023 às 13:48	Diretoria Parlamentar	Recebido - Diretoria Parlamentar
24/08/2023 às 16:54	Assessoria Adjunta de Protocolo-Geral	Encaminhado à Diretoria Parlamentar
24/08/2023 às 16:10	Assessoria Adjunta de Protocolo-Geral	Autuado